

## SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS COMO FORMA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO TRADICIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Letícia Leite de Souza Machado, Fabiana Félix do Amaral e Silva

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, lett.leite@gmail.com, fabiana.amaral@univap.br.

### Resumo

O artigo tem como objetivo abordar a requalificação de centros urbanos voltada ao aproveitamento de espaços livres de construção como forma de promover a acessibilidade. O Centro Tradicional de São José dos Campos foi o local de estudo escolhido para análise da implementação do Sistema de Espaços Livres, por ser o principal polo comercial da cidade e importante gerador de empregos, além de apresentar muitos terrenos que não cumprem sua função social, como estacionamentos, construções desocupadas e praças subutilizadas. O presente estudo deriva de um Trabalho Final de Graduação em desenvolvimento, que tem como metodologia o levantamento de dados qualitativos e quantitativos para elaboração de diretrizes, programas e projetos e discorre sobre análises de uso e ocupação do solo, mobilidade urbana e instrumentos de intervenção urbanística que não só promovam a melhoria e recuperação social dos espaços livres, como também viabilizem qualidade de deslocamento, maior aderência a equipamentos públicos e interações sociais.

**Palavras-chave:** Mobilidade, Instrumentos De Intervenção Urbanística, Sistema De Espaços Livres, Forma Urbana, Centros Urbanos

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas – Planejamento Urbano e Regional

### Introdução

Este artigo, baseado em um Trabalho Final de Graduação em desenvolvimento, aborda a situação atual dos espaços livres públicos no Centro Tradicional de São José dos Campos e propõe alternativas para sua requalificação. Focado na interação entre esses espaços e o tecido urbano, bem como na melhoria da mobilidade urbana, o estudo busca atribuir novos usos a terrenos subutilizados, como estacionamentos, e a espaços públicos, visando promover convívio e lazer.

O conceito de Sistema de Espaços Livres (Macedo 2018) é aplicado para integrar e melhorar a qualidade desses espaços, tornando-os mais adequados às interações sociais e à permanência, e não apenas à circulação de pessoas e veículos. A análise abrange quatro praças principais e uma área considerável destinada a estacionamentos, propondo sua requalificação para fortalecer a conexão urbana e evitar a gentrificação, garantindo que a requalificação beneficie os atuais usuários do Centro, como residentes, trabalhadores e pessoas em situação de rua. O projeto proposto é resultado do diagnóstico do Plano Diretor vigente na cidade, que embasou as diretrizes e programas propostos para o trabalho, os quais abordam principalmente o adensamento populacional do Centro e a recuperação da função social dos espaços.

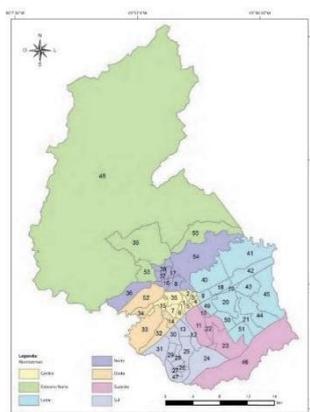
São José dos Campos está localizada no sudeste de São Paulo, de acordo com o Censo de 2022, conta com uma população de aproximadamente 697.054 habitantes e é parte integrante da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte (RMVPLN). O município compreende três distritos: São José dos Campos, Eugênio de Melo e São Francisco Xavier e é subdividido nas chamadas macrozonas de tráfego – Centro, Extremo Norte, Leste, Norte, Oeste, Sudeste e Sul, como observado nas figuras 1 e 2.

A urbanização de São José dos Campos começou concentrada em três áreas principais: os distritos de Eugênio de Melo e Santana, e a região central. A transferência da linha férrea em 1922 e a construção da Via Dutra em 1944 impulsionaram o desenvolvimento, destacando a centralidade e a expansão urbana. Nos anos 50, a elaboração do primeiro Plano Diretor marcou a Via Dutra como eixo de crescimento, enquanto os anos 60 trouxeram urbanização dispersa devido ao crescimento

populacional. A partir dos anos 70, novas legislações estimularam a verticalização e a contenção do espraiamento urbano, com a Embraer contribuindo para essa expansão. Nos anos 80 e 90, o adensamento e a verticalização continuaram, embora com a desaceleração industrial, e novos centros comerciais surgiram, ocupando vazios urbanos e sobrecarregando o sistema viário. (PlanMob SJ, 2015)

Apesar do surgimento de novos centros comerciais, é evidente a relevância do Centro Tradicional no âmbito de geração de empregos e importância cultural.

Figura 1: Macrozonas e zonas de tráfego



Fonte: Atlas da Pesquisa Origem e Destino, 2014

Figura 2: Quadro de macrozonas e zonas de tráfego

Macrozona	Zona	Loteamento	
Centro	1	Centro	
	2	Vila Maria/Vila Santa Luzia	
	3	Jardim Paulista/Monte Castelo	
	4	Vila São Pedro/Jardim Jussara	
	5	Vila Piratininga/Jardim Augusta	
	6	Vila Adyanna/Vila Betânia	
	7	Vila Ema/Jardim Esplanada	
	15	Condomínio Esplanada do Sol/Serimbura	
	35	Barhado	
	Extremo Norte	39	Chácara dos Freitas/Chácara do Bonsucesso
		48	São Francisco Xavier/Área rural
		53	Chácara Fazenda Caeté
		55	Chácara Pedra D'água II
		9	Vila Industrial/Vila Tatetuba
	Leste	18	Vila Tesouro/Jardim Universo
19		Jardim Meteorama/Jardim Nova Detroit	
20		Jardim Americano/Vista Verde	
21		Chácara Pousada do Vale/Campos de São José	
40		Residencial Vista Linda	
41		Vazio urbano	
42		Eugênio de Melo/Galo Branco	
43		Jardim Santa Inês/Residencial Frei Galvão	
44		Parque Novo Horizonte/Residencial Dom Bosco	
45		Jardim Ebenezer/Chácara Sítio Jatá	
49		Jardim Damasceno/REVAP	
50		Vazio urbano	
51		Santa Cecília/Jardim Helena	
Norte		8	Santana Aníla Rossi
		16	Jardim Telespark/Jardim Altos de Santana
		17	Alto da Ponte/Vila Veneziani
	36	Vazio urbano	
	37	Vila São Geraldo/Jardim Minas Gerais	
	38	Vila Paiva/Jardim Boa Vista	
	54	Águas de Canindú/Chácara Haval	
Oeste	14	Jardim Aquarius/Jardim Colinas	
	32	Jardim Alvorada/Jardim das Indústrias	
	33	Limoeiro	
	34	Urbanova	
Sudeste	52	Paratehy/Residencial Jaguar	
	10	Jardim da Granja/Jardim Souto	
	11	CTA/INPE	
	22	Residencial Flamboyant/Jardim Uirá	
	23	Jardim do Lago/Vila Iracema	
Sul	46	Caluru	
	12	Vila Nova Conceição/Vila São Bento	
	13	Jardim Satélite/Floradas de São José	
	24	Parque Interlagos/Altos da Quinta	
	25	Bosque dos Eucaliptos/Quinta das Flores	
	26	Conjunto Habitacional Dom Pedro	
	27	Jardim Imperial/Jardim Colonial	
	28	Bosque dos Ipês/Campo dos Alemães	
	29	Cidade Morumbi/Residencial União	
	30	Parque Industrial/Jardim Oriente	
	31	Palmeiras de São José/Rio Comprido	
47	Jardim República/Vila das Flores		

Fonte: Atlas da Pesquisa Origem e Destino, 2014

## Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho engloba uma abordagem qualitativa e quantitativa. O primeiro passo consistiu na coleta de dados primários e secundários sobre o Centro de São José dos Campos, obtidos por meio de visita técnica e observação direta, tendo como etapa em desenvolvimento a aplicação de questionários para captar a percepção da população sobre as condições atuais do Centro; e a partir de fontes como planos diretores, estudos urbanísticos anteriores, mapas cadastrais, e bases de dados municipais. Tal análise foi essencial para identificar os principais problemas e potencialidades da área, tais como a degradação dos espaços públicos, a predominância de veículos particulares, a falta de segurança, e o subaproveitamento de imóveis históricos. A análise diagnóstica foi conduzida utilizando ferramentas de análise espacial, mapeamento temático, e interpretação qualitativa dos dados coletados durante as visitas.

Com base nessas etapas iniciais, foram formuladas diretrizes específicas para a requalificação do Centro, as quais foram desenvolvidas a partir da legislação municipal, como o Plano Diretor de São José dos Campos. As diretrizes incluem propostas para a mobilidade urbana, requalificação de espaços públicos, preservação do patrimônio histórico, e estratégias para atração de novos moradores e dinamização econômica. Após a definição das diretrizes que embasam a proposta, foram estruturados programas para viabilizar os objetivos definidos. Essa etapa abrange principalmente a aplicação de instrumentos urbanísticos, modificações na legislação vigente e participação comunitária e antecede os projetos de intervenção pontuados no programa de necessidades.

## Resultados

A proposta de requalificação do Centro de São José dos Campos baseia-se em diretrizes voltadas à recuperação da função social de espaços livres públicos e na efetivação de uma forma urbana condizente com a dinâmica local, focando em programas e intervenções que promovem a melhoria da infraestrutura, a mobilidade urbana, e a qualidade de vida dos cidadãos.

A escolha do Centro de São José dos Campos para a requalificação urbana se fundamenta em sua importância histórica, social e econômica para a cidade, bem como nos desafios e oportunidades

identificados na área. A delimitação do território, evidenciada na figura 3, foi realizada considerando principalmente o critério de existência de espaços livres públicos com possibilidade de integração entre si e com o tecido urbano do entorno. Além disso, a área apresenta uma infraestrutura urbana obsoleta e pouco adaptada às necessidades contemporâneas, especialmente no que diz respeito à mobilidade e acessibilidade. Esses problemas são agravados pela fragmentação dos espaços livres e a ausência de áreas de convivência que incentivem a permanência e o uso social do espaço público, além da falta de público para usufruir os equipamentos existentes.

A área é predominantemente ocupada por estabelecimentos de comércio e serviços, fator que destaca a região por ser um grande polo gerador de empregos e importante contribuidora para o Produto Interno Bruto (PIB) de São José dos Campos (PlanMob SJC, 2015). A área apresenta poucas construções de uso exclusivamente residencial, estas representadas por condomínios verticais, e algumas construções de uso misto, com térreo comercial e/ou salas comerciais. No mapa de uso e ocupação, também é destacada a existência de cerca de 30 terrenos privados destinados a estacionamentos, concentrados principalmente nas ruas Francisco Paes e Vilaça.

Figura 3: Uso e ocupação do solo



Fonte: Autora (2024)

Na análise dos usos do espaço, ficou evidente que, embora seja um polo comercial e de empregos, o caráter dinâmico do Centro é tratado com efemeridade. A desproporção entre a oferta de serviços e a quantidade de moradores para usufruí-los faz com que a região tenha movimento apenas durante o horário comercial, resultando em um centro vazio após o anoitecer. Identificar os espaços públicos e os terrenos sem função social é o ponto de partida para propor soluções a esse problema, assim como identificar os fluxos de circulação e permanência, através da observação do território e da coleta de experiências dos usuários.

Constata-se que o Centro Tradicional é o que apresenta maior percentual de viagens originadas nessa zona e com destinos a ela. Evidencia-se também que o automóvel é o principal modal de transporte dessa macrozona, independente do motivo do deslocamento e mesmo em viagens internas (Atlas de Pesquisa Origem e Destino, 2014).

As diretrizes que baseiam o trabalho, expostas na figura 4, foram selecionadas do próprio Plano Diretor de São José dos Campos, a partir dos critérios de relação com os temas abordados, principalmente a questão dos usos do espaço, os espaços livres públicos a atração de moradores através de Habitação de Interesse Social e busca de soluções através de instrumentos urbanísticos para gerar investimentos para a área.

Os programas propostos com base nos objetivos definidos estão relacionados principalmente com a implementação de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) para a área delimitada, de forma que os demais programas estejam inseridos dentro desse âmbito. Na definição dos programas, faz-se essencial priorizar instrumentos e regulamentações que estruturam essa OUC protagonizando os usuários locais, enfatizando a intenção de atrair investimentos para qualificação da área sem “expulsar”

Figura 4: Quadro de diretrizes e programas

DIRETRIZES	PROGRAMAS
Identificar os vazios urbanos existentes nas áreas providas de infraestrutura, aplicando-se os instrumentos urbanísticos adequados para cumprimento da função social da propriedade	1. Regularizar a área como Operação Urbana Consorciada (OUC) a fim de atrair investimentos e possibilitar a requalificação do espaço; 2. Aplicar os instrumentos urbanísticos de incentivo fiscal, como Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) como forma de obter recursos financeiros por contrapartida e a Transferência do Potencial Construtivo (TPC), para utilização de terrenos estratégicos no Sistema de Espaços Livres.
Priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados como forma de potencializar o uso do espaço público já constituído	
Otimizar a ocupação dos equipamentos existentes e a integração entre equipamentos implantados na mesma quadra	
Implementar política de incentivos urbanísticos para fomentar o desenvolvimento das centralidades	
Estimular os comércios, serviços e equipamentos urbanos e sociais, voltados para as calçadas, qualificando-as e implementando o uso de fachadas ativas	3. Realizar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para viabilizar a aplicação da OUC.
Priorizar a estruturação das localidades que abranjam os loteamentos regularizados e em regularização	
Buscar soluções urbanísticas que amenizem o impacto das barreiras físicas causadas pelos empreendimentos habitacionais, de forma a evitar espaços segregados no território e restrições à mobilidade	4. Melhoria das praças e largos existentes quanto a mobiliário urbano, iluminação, arborização e mobilidade;
Dar continuidade à implantação de parques urbanos, reconhecendo os serviços ecossistêmicos prestados, assim como para melhoria da qualidade de vida com o incremento do índice de áreas verdes por habitante, da biodiversidade	
Qualificar as condições de mobilidade e a integração entre os meios de transporte	
Implementar rotas pedonais e cicloviárias integradas	
Melhorar as condições para o deslocamento a pé na realização de viagens curtas	
Estruturar os espaços urbanos visando à promoção dos deslocamentos cicloviários:	
Organizar o sistema de mobilidade para atender às demandas do alto volume de viagens, prevendo prioritariamente soluções por modais sustentáveis	
Implantar programas e ações que busquem fortalecer o debate de temas relacionados ao desenvolvimento territorial e a participação cidadã	
Fomentar o uso habitacional na área central	5. Desapropriação de uma parcela dos terrenos subutilizados para instalação de Habitação de Interesse Social, equipamentos públicos e rotas pedonais alternativas; 6. Aplicação do uso misto nos edifícios residenciais da área, com a implementação das fachadas ativas; 7. Instituir Zonas Especiais de Interesse Social e regulamentação para controle nos valores de aluguéis para impedir a gentrificação;
Induzir a instalação de Habitação de Interesse Social nas macrozonas de consolidação e de estruturação, conforme macrozoneamento instituído por esta Lei Complementar, e oferecer maiores incentivos urbanísticos para sua implantação na Macrozona de Consolidação Urbana;	
Priorizar medidas que mitiguem o processo de gentrificação do território, beneficiando a população de baixa renda.	

Fonte: Autora (2024)

a população local, mas sim melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade, principalmente.

Tais diretrizes e programas possibilitaram a elaboração de um programa de necessidades focado na aplicação do Sistema de Espaços Livres no território a ser caracterizado como Operação Urbana Consorciada, com foco na melhoria e integração dos terrenos subutilizados, edifícios mistos e espaços livres públicos, para atender principalmente a demanda dos usuários atuais, da população local e dos moradores em potenciais previstos nos programas.

Figura 5: Programa de Necessidades

Programa de Necessidades - OUC de Sistema de Espaços Livres do Centro Tradicional				
Tema	Usuários	Programa	Área (m²)	Técnica/Ação
Terrenos subutilizados	População baixa renda	Instalação de Habitação de Interesse Social;	3.800,00	Seleção dos terrenos com localizações estratégicas para intervenção;
	População em geral	Instalação de Equipamentos Públicos;	3.000,00	
Edifícios mistos	População em geral	Criação de rotas pedonais alternativas;	6.000,00	Aplicação do instrumento urbanístico TPC
		Intensificação da oferta de serviços fora do horário comercial;	7.200,00	
		Adensamento populacional;		
Aderência aos espaços públicos;	41.000,00	Melhoria dos mobiliários, iluminação e arborização;		
Requalificação das praças e largos, calçadas e vielas;				
Espaços Públicos Livres	População em geral	Integração das praças com as ruas e equipamentos existentes;	41.000,00	Aplicação de formulário para entendimento das necessidades dos usuários quanto ao
		Participação comunitária		

Fonte: Autora (2024)

## Discussão

A requalificação do Centro de São José dos Campos se insere em debates sobre mobilidade urbana e recuperação de função social no intuito de promover a acessibilidade de espaços públicos. A proposta dialoga com a necessidade de repovoamento do espaço para melhor aproveitamento de serviços e valorização de patrimônios culturais e, em paralelo a isso, a abordagem das Operações Urbanas Consorciadas como forma de conter a especulação imobiliária e a gentrificação que, de acordo com Neil Smith (2006 apud Rangel, 2015), são fenômenos acarretados pela “combinação da higienização social com a reabilitação das áreas para que a classe média possa habitá-las”.

Como constatado na etapa de levantamento de dados, o Centro é a região com maior índice de oferta de empregos, que gera alto fluxo de viagens, com origem/destino tanto na própria região, quanto das demais regiões de São José dos Campos e cidades vizinhas. No entanto, a área possui baixa densidade populacional e seu movimento só é notório durante o dia, pois no período noturno a baixa oferta de serviços ocasiona um “Centro Morto”. Dessa forma, observa-se que, apesar da importância do espaço para o desenvolvimento da cidade e sua ampla participação no cotidiano joseense, o aproveitamento do Centro está atrelado à sua atividade comercial, fator que gera um uso efêmero do território e, conseqüentemente, uma forma urbana destinada a viagens pontuais e rápidas, efetuadas principalmente por automóveis.

O investimento nesse modal de transporte impede a priorização do pedestre e da implementação de alternativas que viabilizem o uso funcional dos espaços livres públicos e de muitos terrenos que atualmente são destinados a estacionamentos privados. Assim, presenciamos uma participação coadjuvante dos espaços não edificados, ocasionando a falta de integração entre o desenho urbano e a função social esperada dos espaços públicos, que, segundo Magnoli (2006), são onde ocorrem interações humanas, encontros e atividades de contemplação e lazer, sendo que “o espaço livre público é o espaço da vida comunitária por excelência”.

É tema indispensável de debate também as medidas a serem tomadas para conter a elevação do custo de vida na região, uma vez que, atualmente, a aplicação de operações urbanas evidencia uma modernização do território. Faz-se necessário alinhar as intervenções e programas propostos com a valorização das condições atuais das áreas, utilizar instrumentos urbanísticos que auxiliem nessa questão e desenvolver regulamentações que priorizem a população de baixa renda.

## Conclusão

Em síntese, o trabalho visa propor uma requalificação na região do Centro Tradicional de São José dos Campos, priorizando as questões da mobilidade como permanência, ao enfatizar a importância da atribuição de função social a espaços públicos. As problemáticas evidenciadas no diagnóstico realizado se baseiam na efemeridade dos usos da região, seja pela escassez de equipamentos de lazer, seja pela baixa densidade populacional evidenciada.

A proposta visa reverter o cenário atual em que o automóvel é visto como protagonista do desenho urbano, desenvolvendo um sistema de integração que facilite a locomoção de pedestres e proporcione lazer e interações humanas nos espaços hoje utilizados somente como passagem, através do Sistema de Espaços Livres.

## Referências

AVELLA NETTO, Nelson; RAMOS, Heidy Rodriguez. Estudo da Mobilidade Urbana no Contexto Brasileiro. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 59-72, 1 ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/geas.v6i2.847>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ENCICLOPÉDIA DE ANTRÓPOLOGIA. **Gentrificação**. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FAGUNDES. BENEVIDES, Luciana; DE ABREU PEREIRA, Fernanda; COZER ALIPRANDI, Danielly. Integração E Qualificação Do Sistema De Espaços Livres: Estratégias Para A Sustentabilidade Urbana. In: Simpósio Brasileiro De Qualidade Do Projeto No Ambiente Construído, 2022, **Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído**. ANTAC, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/sbqp2021.438077>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MACEDO, Silvio Soares; QUEIROGA, Eugênio Fernandes; GALENDER, Fany Cutcher; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; CUSTÓDIO, Vanderli; DEGREAS, Helena; GONÇALVES, Fabio Mariz. Os Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação (QUAPÁSEL II). **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 30, p. 137–172, 2012. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i30p137-172. Disponível em: <https://revistas.usp.br/paam/article/view/78112>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MENDES, L. Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 487–511, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/16982>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PERSON, Elisângela. **Espaços de permanência e passagem**: contribuição para a elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano. 2006. reponame: Repositório Institucional da UnB, [s. l.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5147>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RANGEL, Natália. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos Naui**, v. 4, n. 7, p. 40-57, 2015. Disponível em: <https://nau.ufsc.br/files/2016/06/O-esvaziamento-do-conceito-de-gentrificacao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

REDONDO, D. *et al.* **Atlas Da Pesquisa Origem E Destino**: Panorama Da Mobilidade Em São José Dos Campos. 1. Ed. [S.l.], 2014. P 11-143.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal. **Lei complementar nº 576, de 15 de março de 2016**. Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana, e dá outras providências.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal. **Lei complementar nº 612, de 30 de novembro de 2018**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de São José dos Campos e dá outras providências.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Mobilidade Urbana de São José dos Campos – PlanMob SJC**: Relatório da mobilidade urbana. São José dos Campos: 2015.

SCHLEE, Mônica Bahia *et al.* Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, n. 26, p. 225, 30 jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i26p225-247>. Acesso em: 16 jun. 2024.

TEIXEIRA, Orozina Maristela João. **Mobilidade e acessibilidade urbana**. 2015. Master's thesis — [s. n., s. l.], 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/21551>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TERÁN, José. **Mobilidade Urbana**. 2013. 9 p. Estudo — Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, São Paulo, 2013. Disponível em: [http://files-server.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/07/A43BE49C-2C57-4041-A76B-512970CB24FC.pdf](http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/07/A43BE49C-2C57-4041-A76B-512970CB24FC.pdf). Acesso em: 16 jun. 2024.

MACEDO, Silvio Soares *et al.* Os Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação (QUAPÁSEL II). **Paisagem e Ambiente**, n. 30, p. 137, 30 jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i30p137-172>. Acesso em: 2 set. 2024.